

Dois métodos são concebíveis para o estudo da evolução do pensamento de Marx: pode-se seguir passo a passo a formação de suas idéias, para chegar ao pensamento da maturidade, ou partir do pensamento de Marx tal como se apresenta a partir de 1848, momento em que, segundo declaração sua, terminou o ajuste de sua concepção da história.

O primeiro método, visto abstratamente, é o melhor, mas exige muito mais tempo, pois requer um trabalho de erudição. Adotaremos, então, o segundo método, colocar-nos no momento em que o pensamento filosófico de Marx se formou. Analisar em que consiste esse pensamento filosófico. Ver como se constituiu.

Para expor o que chamo aqui de pensamento filosófico de Marx a partir de 1848, e anterior às obras da velhice de Engels, proponho utilizar dois textos principais: o *Manifesto comunista* e o prefácio para *Crítica da economia política*.

Utilizarei também, mas secundariamente, "Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel".

#### UMA CONCEPÇÃO DE CONJUNTO

< O próprio Marx<sup>2</sup>, em um texto que talvez seja o mais célebre de todos o que escreveu, resumiu sua concepção de conjunto. No prefácio para *Crítica da economia política*, publicado em Berlim em 1859, ele assim se exprime:

*"Aqui está, em poucas palavras, a conclusão geral a que cheguei e que, uma vez adquirida, serviu de fio condutor para meus estudos.*

*"Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade, a fundação real sobre a qual se eleva um edifício jurídico e político e*

à qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina sua existência; ao contrário, é sua existência social que determina sua consciência. Em certo estágio de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em colisão com as relações de produção existentes ou com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então, e que são apenas sua expressão jurídica. Ainda ontem formas de desenvolvimento das forças produtivas, essas relações se transformam em pesados entraves. Começa então uma época de revolução social. A mudança nas fundações econômicas acarreta toda uma alteração mais ou menos brusca no imenso edifício. Ao considerar essas alterações, é necessário sempre distinguir duas ordens de coisas. Há a alteração material das condições de produção econômica. Deve-se constatar isso com o espírito rigoroso das ciências naturais. Mas há também as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas; resumindo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência desse conflito, levando-o às últimas conseqüências. Não se julga um indivíduo pela idéia que ele faz de si próprio. Não se pode julgar uma época de revolução pela consciência que tem de si. Essa consciência vai se explicar mais pelas contrariedades da vida material, pelo conflito que opõe forças produtivas sociais e relações de produção. Nunca uma sociedade expira antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela é capaz de conter; nunca relações superiores de produção tomam lugar antes que suas condições materiais de existência eclodam no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só propõe tarefas que é capaz de cumprir; melhor considerando as coisas, observa-se que a tarefa surge quando as condições materiais para resolvê-la já existem ou estão em via de se criarem. Reduzidos às linhas gerais, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno podem ser vistos como épocas progressivas da formação econômica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagonista do processo social de produção. Não se trata aqui de antagonismo individual, mas sim do produto das condições sociais de existência dos indivíduos. As forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa, porém, criam ao mesmo tempo condições materiais para que esse antagonismo se resolva. Com esse sistema social, é a pré-história da sociedade humana que se encerra<sup>3</sup>."

Encontram-se nesse texto todas as idéias essenciais da interpretação econômica da história, com a reserva, apenas, de que nem a noção de classes nem o conceito de luta de classes aparecerem explicitamente. É, no entanto, fácil reintroduzi-los nessa concepção geral.

1º) Primeira idéia, e idéia essencial: os homens entram em determinadas relações, necessárias, que são independentes de suas vontades. Convém, em outros termos, seguir o movimento da história, analisando a estrutura das sociedades, as forças de produção e as relações de produção, e não tomando como origem da interpretação a maneira de pensar dos homens. Há relações sociais que se impõem aos indivíduos, feita a abstração de suas preferências, e a compreensão do processo histórico fica condicionada pela inteligência dessas relações sociais supra-individuais.

2º) Em toda sociedade podem-se distinguir a base econômica, ou infra-estrutura, e a superestrutura. A infra-estrutura constitui-se essencialmente por forças e relações de produção, enquanto na superestrutura figuram as instituições jurídicas e políticas, ao mesmo tempo que as maneiras de pensar, as ideologias, as filosofias.

3º) O propulsor do movimento histórico é a contradição, em certos momentos do devir, entre forças e relações de produção. As forças de produção são, ao que parece, basicamente a capacidade de determinada sociedade de produzir, capacidade que está em função dos conhecimentos científicos, do aparelho técnico, da organização, inclusive, do trabalho coletivo. As relações de produção, que não estão definidas com inteira precisão nesse texto, parecem ser essencialmente caracterizadas pelas relações de propriedade. Há, de fato, a fórmula: "as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade no seio das quais se tinham movido até então, e que são apenas sua expressão jurídica". As relações de produção, entretanto, não se confundem necessariamente com as relações de propriedade, ou, pelo menos, as relações de produção podem incluir, para além das relações de propriedade, a divisão da renda nacional, mais ou menos estreitamente determinada pelas relações de propriedade.

Dito em outros termos, a dialética da história se constitui pelo movimento das forças produtivas, entrando estas em contradição, em certas épocas revolucionárias, com as relações de produção, isto é, ao mesmo tempo as relações de propriedade e a distribuição de rendas entre os indivíduos ou grupos da coletividade.

4º) Nessa contradição entre forças e relações de produção, é fácil introduzir a luta de classes, apesar de esse texto não fazer alusão. Basta considerar que, nos

períodos revolucionários, isto é, os períodos de contradição entre forças e relações de produção, uma classe apega-se às relações de produção antigas, que se tornam um entrave para o desenvolvimento das forças produtivas, e, pelo contrário, uma outra classe, progressista, representa novas relações de produção que, em vez de serem um obstáculo na via do desenvolvimento das forças produtivas, favorecem ao máximo o crescimento dessas forças.

Passemos dessas fórmulas abstratas para a interpretação do capitalismo. Na sociedade capitalista, a burguesia está ligada à propriedade privada dos instrumentos de produção e, com isso, a uma certa divisão da renda nacional. Por outro lado, o proletariado, que constitui o outro pólo da sociedade, que representa uma outra organização da coletividade, se torna, em certo momento da história, o representante de uma nova organização da sociedade, organização que será mais progressiva que a organização capitalista. Essa nova organização vai marcar uma fase ulterior do processo histórico, um desenvolvimento mais avançado das forças produtivas.

5ª) Essa dialética das forças e das relações de produção sugere uma teoria das revoluções. De fato, nesta visão da história, as revoluções não são acidentes políticos, mas expressão de uma necessidade histórica. As revoluções preenchem funções necessárias e se produzem quando lhes dão as condições.

As relações de produção capitalistas desenvolveram-se, primeiro, no seio da sociedade feudal. A Revolução Francesa se deu no momento em que novas relações de produção capitalistas haviam chegado a um certo grau de maturidade. Pelo menos nesse texto, Marx prevê um processo análogo para a passagem do capitalismo ao socialismo. As forças de produção devem desenvolver-se no seio da sociedade capitalista; as relações de produção socialistas devem amadurecer no seio da sociedade atual, antes de se produzir a revolução que há de marcar o fim da pré-história. Foi em razão dessa teoria das revoluções que a Segunda Internacional, a social-democracia, deixou-se levar a uma atitude relativamente passiva; devia-se fazer amadurecer as forças e as relações de produção do futuro antes de se eclodir uma revolução. A humanidade, diz Marx, só se coloca problemas que pode resolver: a social-democracia temia fazer eclodir cedo demais a revolução, por isso, aliás, nunca o fez.

6ª) Dentro dessa interpretação histórica, Marx não distingue apenas infra e superestrutura, mas opõe a realidade social e a consciência: não é a consciência dos homens que determina a realidade; pelo contrário, é a realidade social que

determina sua consciência. Daí, então, uma concepção de conjunto, segundo a qual se deve explicar a maneira de pensar dos homens pelas relações sociais em que estão integrados.

Proposições desse tipo podem servir de fundamento ao que se chama atualmente de sociologia do conhecimento.

7ª) Último tema, enfim, incluído nesse texto: Marx fez o esboço das etapas da história humana. Da mesma forma que Auguste Comte distinguia os momentos do devir humano a partir das maneiras de pensar, Marx distinguiu as etapas da história humana a partir dos regimes econômicos. E determinou quatro regimes econômicos ou, para empregar sua expressão, quatro modos de produção, que denominou asiático, antigo, feudal e burguês.

Esses quatro modos podem ser divididos em dois grupos:

Os modos de produção antigo, feudal e burguês se sucederam na história do Ocidente. São as três etapas da história ocidental, cada uma caracterizada por um tipo de relação entre os homens que trabalhavam. O modo de produção antigo é caracterizado pela escravidão; o modo de produção feudal, pela servidão; e o modo de produção burguês, pelo salário. São três modos distintos de exploração do homem pelo homem. O modo de produção burguês constitui a última formação social antagonista, porque, ou na medida em que, o modo de produção socialista, isto é, dos produtores associados, não comportará mais a exploração do homem pelo homem nem a subordinação dos trabalhadores manuais a uma classe detentora tanto da propriedade dos meios de produção quanto do poder político.

Em compensação, o modo de produção asiático não parece constituir uma etapa da história ocidental. Daí os intérpretes de Marx terem discutido infatigavelmente a unidade, ou não unidade, do processo histórico. De fato, se o modo de produção asiático caracteriza uma civilização distinta da ocidental, há a probabilidade de diversas linhas de evolução histórica de acordo com os grupos humanos.

Por outro lado, o modo de produção asiático não parece definir-se pela subordinação dos escravos, dos servos ou dos assalariados a uma classe possuidora dos instrumentos de produção, mas pela subordinação de todos os trabalhadores ao Estado. Se tal interpretação do modo de produção asiático for verdadeira, a estrutura social não estaria caracterizada pela luta de classes, no sentido ocidental do termo, mas pela exploração da sociedade inteira pelo Estado ou pela classe burocrática.

Vê-se logo o uso que se pode fazer da noção de modo de produção asiático. De fato, pode-se conceber que, no caso da socialização dos meios de produção, o comple-

mento do capitalismo esteja não no final de toda e qualquer exploração, mas na difusão do modo de produção asiático para toda a humanidade. Aqueles sociólogos que não gostam da sociedade soviética amplamente comentaram essas idéias rápidas sobre o modo de produção asiático, inclusive encontrando em Lenin certas passagens em que ele exprimia o temor de que uma revolução socialista desembocasse não no fim da exploração do homem pelo homem, mas no modo de produção asiático, para daí tirarem as conclusões de ordem política que facilmente se podem imaginar.

Estas são, a meu ver, as idéias diretrizes de uma interpretação econômica da história. Estão fora de cogitação, até o presente momento, problemas filosóficos complicados: em que medida essa interpretação econômica é ou não solidária a uma metafísica materialista? Qual o sentido exato que se deve dar ao termo "dialética"? Por agora, basta que nos limitemos às idéias diretrizes manifestamente expostas por Marx, e que comportam, aliás, algum equívoco, já que os limites exatos da infra-estrutura e da superestrutura podem causar — e causaram — discussões intermináveis. >

#### O MANIFESTO COMUNISTA

No *Manifesto comunista*, encontramos em parte uma ilustração e uma confirmação dessa visão de conjunto. E a ela se acrescenta a problemática da luta de classes.

< O *Manifesto*<sup>4</sup> é um texto que se pode qualificar, se assim se quiser, de não científico. É uma brochura de propaganda, na qual Marx e Engels juntaram algumas de suas idéias científicas.

O tema central do *Manifesto comunista* é a luta de classes.

*"A história de todas as sociedades, até hoje, tem sido a história da luta de classes.*

*"Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, membro especializado das corporações e aprendiz, em suma: opressores e oprimidos estiveram em permanente oposição; travaram uma luta sem trégua, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito."*

Aí temos a primeira idéia decisiva de Marx: a história humana se caracteriza pela luta de grupos humanos, que chamaremos de classes sociais, cuja definição permanece vaga por enquanto, mas que tem a dupla característica, de um lado, de comportar o antagonismo de opressores e oprimidos e, de outro lado, tender a uma polarização em dois — e apenas dois — blocos.

Tendo todas as sociedades se dividido em classes inimigas, a sociedade atual, capitalista, não se diferencia, de certo modo, das que a precederam. Apresenta, no entanto, certas características sem precedentes.

Primeiramente, a burguesia, a classe dominante, é incapaz de sustentar seu reino sem revolucionar sempre os instrumentos de produção.

*"A burguesia não pode existir, escreve Marx, sem alterar constantemente os instrumentos de produção, as relações de produção e, por conseguinte, o conjunto das condições sociais. Pelo contrário, a primeira condição de existência para todas as classes industriais anteriores era a conservação incólume do antigo modo de produção. [...]*

*"Durante sua dominação de classe que ainda não completou um século, a burguesia criou forças produtivas mais maciças e colossais que todas as gerações anteriores em conjunto."*

Por outro lado, as forças de produção que vão suscitar o regime socialista estão amadurecendo no seio da presente sociedade.

Duas formas da contradição característica da sociedade capitalista, que se encontram nas obras científicas de Marx, estão presentes no *Manifesto comunista*.

A primeira é a contradição entre as forças e as relações de produção. A burguesia cria, sem parar, meios de produção mais poderosos. Mas as relações de produção, isto é, ao mesmo tempo as relações de propriedade e a repartição das rendas — ao que parece —, não se transformam no mesmo ritmo. O regime capitalista é capaz de produzir cada vez mais. Apesar desse crescimento das riquezas, a miséria permanece, no entanto, o quinhão da maioria.

Uma segunda forma de contradição, então, aparece, aquela existente entre a progressão das riquezas e a crescente miséria da maioria. Dessa contradição virá, mais cedo ou mais tarde, uma crise revolucionária. O proletariado, que constitui, e constituirá cada vez mais, a imensa maioria da população vai se constituir como classe, isto é, com uma unidade social aspirando a tomada do poder e a transformação das relações sociais. Ora, a revolução do proletariado vai diferir, em sua natureza, de todas as revoluções do passado. Todas as revoluções do passado foram feitas por minorias, em benefício de minorias. A revolução do proletariado será feita pela imensa maioria, em benefício de todos. A revolução proletária vai marcar o fim das classes e do antagonismo da sociedade capitalista.

Essa revolução, que culminará na supressão simultânea do capitalismo e das classes, será obra dos próprios capitalistas. Os capitalistas não podem evitar

sacudir a organização social. Tomados por uma concorrência implacável, não podem deixar de aumentar os meios de produção, fazendo crescer o número de proletários e sua miséria.

O caráter contraditório do capitalismo se exprime no fato de que o crescimento dos meios de produção, em vez de se traduzir pela elevação do nível de vida dos operários, se traduz por um duplo processo de proletarização e pauperização.

Marx não nega que entre capitalistas e proletários se situam, hoje, múltiplos grupos intermediários de artesãos, pequenos burgueses, vendedores, camponeses proprietários. Mas confirma duas proposições. Primeiramente, à medida que evolui o regime capitalista, há tendência à cristalização das relações sociais em dois grupos — e apenas dois —, com os capitalistas de um lado e os proletários de outro. Em segundo lugar, duas classes — e apenas duas — representam uma possibilidade de regime político e uma idéia de regime social. As classes intermediárias não têm iniciativa nem dinamismo histórico. Somente duas classes podem pôr sua marca na sociedade. Uma é a classe capitalista, a outra, a classe proletária. No dia do conflito decisivo, cada um será levado a aderir seja aos capitalistas, seja aos proletários.

No dia em que a classe proletária tiver tomado o poder, uma ruptura decisiva se terá estabelecido com o curso da história precedente. De fato, o caráter antagônico de todas as sociedades conhecidas até hoje desaparecerá. Marx escreveu:

*"Assim que, no decorrer do desenvolvimento, desaparecerem os antagonismos de classe e que toda a produção esteja concentrada nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir outra. Se, na luta contra a burguesia, o proletariado for levado a se unir como classe, se, por meio de uma revolução, se constituir classe dominante e, como tal, suprimir violentamente as antigas relações de produção, então estará abolindo, ao mesmo tempo que a esse sistema de produção, as condições de existência do antagonismo das classes. Nesse momento, ele abole as classes em geral e, com isso, sua própria dominação de classe.*

*"A antiga sociedade burguesa, com suas classes e seus conflitos de classe, cede lugar a uma associação em que o livre desabrochar de cada um é a condição mesma para o livre desabrochar de todos."*

Esse texto é característico de um dos temas essenciais da teoria de Marx. A tendência dos escritores do início do século XIX era considerar a política, ou o

Estado, um fenômeno secundário em relação aos fenômenos essenciais, que são econômicos ou sociais. Marx participou desse movimento geral, também considerando que política ou Estado são fenômenos secundários em relação ao que se passa na própria sociedade.

Ele apresenta, por isso, o poder político como expressão dos conflitos sociais. O poder político é o meio pelo qual a classe dominante, a classe exploradora, mantém seu domínio e sua exploração.

Nessa linha de pensamento, a supressão das contradições de classe deve, logicamente, acarretar o desaparecimento da política e do Estado, já que política e Estado são, ao que parece, o subproduto ou a expressão dos conflitos sociais.

Esses são os temas tanto da visão histórica quanto da propaganda política de Marx. Trata-se apenas de uma expressão simplificada, mas a ciência de Marx tem a finalidade de dar uma demonstração rigorosa a tais proposições: caráter antagônico da sociedade capitalista, autodestruição inevitável de uma sociedade tão contraditória, explosão revolucionária pondo fim ao caráter antagônico da atual sociedade.

Dessa forma, o centro do pensamento de Marx é a interpretação do regime capitalista, naquilo que ele é contraditório, isto é, dominado pela luta de classes. Auguste Comte considerava que a sociedade de seu tempo não apresentava consenso, por causa da justaposição de instituições que se remetiam às sociedades teológicas e feudais e instituições correspondendo à sociedade industrial. Observando em torno de si a deficiência do consenso, ele buscava no passado os princípios do consenso das sociedades históricas. Marx observava, ou acreditava observar, a luta de classes na sociedade capitalista, encontrando, nas diferentes sociedades históricas, o equivalente da luta de classes observada no presente.

Segundo Marx, a luta de classes vai se inclinar a uma simplificação. Os diferentes grupos sociais se polarizam, uns em torno da burguesia, outros em torno do proletariado, e é o desenvolvimento das forças produtivas que será o propulsor para o movimento histórico, culminando este, por intermédio da proletarização e da pauperização, na explosão revolucionária e no surgimento, pela primeira vez na história, de uma sociedade não antagonista.

A partir desses temas gerais da interpretação histórica de Marx, temos duas tarefas a cumprir, dois fundamentos a encontrar. Primeiro: qual é, no pensamento de Marx, a teoria geral da sociedade que dá conta, ao mesmo tempo, das contradições da sociedade presente e do caráter antagonista de todas as sociedades

historicamente conhecidas? Segundo: qual é a estrutura, qual o funcionamento, qual a evolução da sociedade capitalista que explica a luta de classes e a culminação revolucionária do regime capitalista?

Em outras palavras, a partir dos temas marxistas que encontramos no *Manifesto comunista*, teremos de explicar, mais tarde, a teoria geral da sociedade, isto é, o que se chama vulgarmente de *materialismo histórico*, e as idéias econômicas essenciais de Marx, tais como encontradas em *O capital*. >

#### UM PENSAMENTO CLARO E OBSCURO

Tiremos conclusões sucintas desse resumo inicial:

1º) O pensamento filosófico de Marx, nessa época, consiste em uma interpretação da história. Tal interpretação não estaria obrigatoriamente desvinculada de uma filosofia, no sentido de uma metafísica. O materialismo não parece estritamente implicado nessa teoria da história. Trata-se de realidade, que, sem dúvida, deve-se abordar pelas ciências naturais.

2º) A teoria é mais clara em sua formulação histórica que em sua formulação universal. Quanto ao capitalismo, vê-se muito bem o que quer dizer Marx. A seu ver, a humanidade nunca coloca problemas que não pode resolver. O desenvolvimento do capitalismo corresponde, então, à evolução histórica e exprime suas contradições.

3º) O socialismo científico. É definido contra a utopia: isso significa basicamente que o socialismo deve resultar do movimento da própria realidade histórica. A partir daí, opõem-se o determinismo e a ação, que se conciliam para a tomada de consciência que permite sintetizar a teoria e a prática.

Tal pensamento é, ao mesmo tempo, claro em seu conjunto e obscuro se nos voltarmos ao detalhe. Sua obscuridade vem da não definição ou da flutuação da definição dos conceitos fundamentais. O que é claro é o conjunto das forças de produção, o renascimento técnico e as contradições que nascem desse renascimento.

Esse resumo nos envia para duas direções. De onde vem essa concepção? E ao que levou?

À primeira questão responderemos na primeira parte deste curso.

À segunda questão podemos dar uma resposta que, em linhas gerais, não é incerta: trata-se de estudar "a reviravolta material das condições de produção econômicas — a serem fielmente constatadas com a ajuda das ciências físicas e naturais"<sup>18</sup>.

Propor, então, uma anatomia da sociedade burguesa será o objeto da segunda parte deste curso: *O capital, crítica da economia política*.

#### ESBOÇO BIOBIBLIOGRÁFICO

Aqui estão, para começar, as indicações biográficas necessárias para a compreensão desta parte da obra:

1818-1835 — Juventude, Ginásio de Trier.

Ambiente liberal e racionalista.

Família judaica — rabinos.

Conversão do pai, advogado, para exercer sua profissão.

Dissertações finais no ginásio<sup>9</sup>.

Tendências liberais, racionalistas, anti-religiosas.

1835-1836 — Estudos na Universidade de Bonn.

1836-1841 — Estudos na Universidade de Berlim.

Os textos mais importantes desse período de juventude são:

— Carta de 10 de novembro de 1837 a seu pai<sup>10</sup>.

— Poesias<sup>11</sup>.

— Dissertação para o doutorado<sup>12</sup>, escrita em 1840 e início de 1841.

abril de 1841 — Doutor (Iena).

maio de 1842 - março de 1843 — artigos na *Gazeta Renana*.

Desiste da carreira universitária. Redator-chefe, a partir de 15 de outubro de 1842, na *Gazeta Renana*.

Deixa o jornal em 18 de março de 1843.

Casa-se em Kreuznach em 19 de junho de 1843. Estava noivo desde o verão de 1836.

Instala-se em Paris, em novembro de 1843, trabalhando na publicação de *Anais Franco-Alemães*<sup>13</sup>.

Principais textos desse período:

*Crítica (inacabada) da filosofia do direito de Hegel* (provavelmente escrito em Kreuznach na primavera de 1843)<sup>14</sup>.

Artigos da *Gazeta Renana*<sup>15</sup>.

"Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel" (fim de 1842-44)<sup>16</sup>.

Em 1844, em Paris:

*Manuscrito econômico-filosófico*<sup>17</sup>.

*A questão judaica*<sup>18</sup>.

*A sagrada família*, em 1844-45<sup>19</sup>.

Expulso de Paris em janeiro de 1845, vai para Bruxelas e termina *A sagrada família. Teses sobre Feuerbach*<sup>20</sup>.

1845-46 — *A ideologia alemã*<sup>21</sup>.

1847 — *Miséria da filosofia*<sup>22</sup>.

1848 — *Manifesto comunista* (com Engels).

Pode-se delinear o sentido geral de sua evolução intelectual e discernir períodos?

No que se refere ao primeiro ponto, penso que sim. E há uma concordância entre os intérpretes de seu pensamento quanto às grandes linhas. Veremos mais adiante quais as diferenças de interpretação.

Karl Marx pertence ao grupo dos jovens hegelianos: "o clube dos doutores"<sup>23</sup>.

Participa de seus problemas e de suas discussões. O assunto em jogo é a religião, as relações da religião e da filosofia, do pensamento e do real.

Um sistema, o de Hegel, pôs um ponto final à evolução da filosofia. Uma crítica do sistema e uma crítica do real se fazem necessárias. Passa-se da crítica da religião à crítica do direito. Há discussões quanto à data de revisão da *Crítica da filosofia do direito* (1841-1842 ou 1843).

Em 1844, chega-se, ao mesmo tempo, à crítica da economia política e da filosofia, sob a forma do *Manuscrito econômico-filosófico*.

De 1844 a 1848 — O pensamento de Marx vai da crítica filosófica da economia política à interpretação histórica.

Marx trabalha com Engels durante o verão de 1844 (após um primeiro encontro em 1842). A cooperação vai durar toda a vida de Marx.

Podem-se discernir períodos? Podem-se distinguir três:

1º) 1818-1843 — até o fim da *Gazeta Renana*. Ruptura com Bruno Bauer.

2º) 1843-janeiro de 1845 — Crítica filosófica. Ruptura com Ruge.

3º) 1845-1848 — Da crítica filosófica à interpretação materialista.

Pode-se também dividir essa parte de sua vida intelectual em duas etapas: 1) até os manuscritos econômico-filosóficos; 2) de 1845 a 1848.

Não insisto quanto a essa periodização. Ela só se esclarecerá, afinal, com a compreensão do movimento filosófico de Marx.

Essa compreensão é difícil sob muitos aspectos. Pois a maior parte dos textos está inacabada, e eles estão repletos de referências a autores hoje desconhecidos.

Podem-se buscar obras adotando um método de erudição para resolver tais dificuldades. Por exemplo:

— Auguste Cornu, *Karl Marx et Friedrich Engels*<sup>24</sup>.

— Charles Wackenheim, *La critique de la religion dans les écrits de jeunesse de Karl Marx*<sup>25</sup>.

— Maximilien Rubel, *Karl Marx. Essai de biographie intellectuelle*<sup>26</sup>.

## CRÍTICA DA RELIGIÃO E CRÍTICA DA REALIDADE

Tentarei delimitar o que constitui manifestamente o centro do pensamento de Marx no decorrer desses anos de formação.

A crítica da religião é uma crítica da realidade que dá origem a essa religião.

Não se há de ultrapassar essa maneira religiosa de pensar sem ultrapassar a realidade que lhe deu origem. Nesse sentido, a ação é realização da verdade filosófica.

A crítica da ideologia e a crítica da realidade são, então, inseparáveis.

Da crítica da religião passa-se à crítica do direito e à da economia.

Para terminar, temos um texto tirado de "Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel", publicado em 1844 em *Anais Franco-Alemães*. Retenhamos quatro pontos que podemos depois comentar.

1º) O tema central: a crítica da religião é o fundamento de tudo:

"A crítica da religião é a condição para toda crítica<sup>27</sup>."

2º) A relação entre o estado social e a tomada de consciência:

"Guerra ao estado social alemão! Evidentemente! Esse estado está abaixo do nível da história, abaixo de toda crítica, mas permanece, assim mesmo, um sujeito da crítica, assim como o criminoso, que está abaixo do nível da humanidade, permanece um sujeito para o carrasco. Em luta contra esse estado social, a crítica não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça de uma paixão. Não é um bisturi, mas uma arma. Seu objeto é seu inimigo, e ela o quer não refutar, mas liquidar. Pois o espírito desse estado social foi refutado. Esse estado não constitui, em si, objeto que mereça nossa atenção, e é algo tão desprezível quanto desprezado. A crítica em si não precisa se dar ao trabalho de compreender esse objeto, visto já o ter apreendido há muito. Ela não se oferece mais como meta final, mas unicamente como meio. É a indignação a responsável pela essência de seu estilo patético, é a denúncia que constitui a parte mais clara de sua labuta<sup>28</sup>."

"Assim como os antigos povos viveram sua pré-história na imaginação, na mitologia, nós, alemães, vivemos nossa pós-história no pensamento, na filoso-

fia. Somos os contemporâneos filosóficos do tempo presente, sem sermos seus contemporâneos históricos. A filosofia alemã é o prolongamento ideal da história alemã. Quando, em vez das obras incompletas de nossa história real, criticamos as obras póstumas de nossa história ideal, a filosofia, nossa crítica está no meio das questões cujo presente diz: that is the question. Aquilo que, nos povos avançados, constitui um desacordo prático com a ordem social moderna constitui, primeiramente na Alemanha, onde essa ordem social ainda nem sequer existe, um desacordo crítico com a miragem filosófica dessa ordem social.

"A filosofia do direito, a filosofia política alemã é a única história alemã que está parelha com o presente moderno oficial. O povo alemão fica, então, obrigado a ligar sua história de sonho à sua ordem social do momento e a submeter à crítica não só essa ordem social existente, mas também sua continuação abstrata. Seu futuro não pode se limitar à negação direta de suas ordens jurídica e política reais nem à realização direta dessa ordem social. Ele, de fato, tem a negação direta de sua ordem real, em sua ordem ideal, e a realização imediata de sua ordem ideal já quase ultrapassada na idéia [Anschauung] dos povos vizinhos. É a justo título, então, que na Alemanha o partido político prático pede a negação da filosofia. Seu erro consiste não nessa reivindicação, mas em se limitar a essa reivindicação, que ele não realiza e não pode realizar seriamente. Ele imagina efetivar essa negação virando as costas à filosofia, dedicando-lhe, à meia-voz e com o olhar distraído, algumas frases banais e cheias de mau humor. Quanto aos limites estreitos de seu horizonte, a filosofia também não tem grande efeito no domínio da realidade alemã, ou então chega a supô-los sob a prática alemã e sob as teorias de que ela faz uso. Pedem que se tomem como ponto de partida germens reais de vida, mas se esquecem de que o verdadeiro germen de vida do povo alemão só vingou, até aqui, sob o crânio desse mesmo povo. Resumindo: não podem suprimir a filosofia sem realizá-la<sup>29</sup>."

### 3º) O pensamento e a ação:

"É claro que a arma da crítica não poderia substituir a crítica das armas; a força material só pode ser abatida pela força material; mas a teoria também se transforma em força material quando penetra nas massas. A teoria é capaz de penetrar nas massas quando procede por demonstrações ad hominem, e dá demonstrações ad hominem tão logo se torna radical<sup>30</sup>."

### 4º) Como o pensamento pode se encarnar na realidade militante:

"Apenas em nome dos direitos gerais da sociedade pode uma classe particular reivindicar o domínio. Para tomar de assalto essa posição emancipadora e assegurar a exploração política de todas as esferas da sociedade, no interesse de sua própria esfera, a energia revolucionária e a consciência de sua própria força não bastam. Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe particular da sociedade burguesa coincidam, para que uma classe represente toda a sociedade, é preciso, pelo contrário, que todos os vícios da sociedade estejam concentrados em uma outra classe, que uma determinada classe seja a classe do escândalo geral, a personificação da barreira geral; é preciso que uma esfera social particular passe para o crime notório de toda a sociedade, de forma que, emancipando-se dessa esfera, realiza-se a emancipação geral<sup>31</sup>."

"Onde encontrar, então, a possibilidade positiva da emancipação alemã?"

"Aqui está nossa resposta. É preciso formar uma classe com cadeias radicais, uma classe da sociedade burguesa que não seja uma classe da sociedade burguesa, uma classe que seja a dissolução de todas as classes, uma esfera que tenha um caráter universal por seus sofrimentos universais e não reivindique direito particular, porque não lhe causaram um mal em particular, mas um mal em si. Uma esfera que não se possa mais referir a um título histórico, mas simplesmente ao título humano, uma esfera que não esteja em oposição particular com as conseqüências, mas em oposição geral a todas as condições do sistema político alemão, uma esfera, enfim, que não se possa emancipar sem se emancipar de todas as outras esferas da sociedade, e sem, por conseqüência, a todas emancipar, que seja, em uma palavra, a perda completa do homem, e não se possa, então, reconquistar a si mesma senão pela retomada completa do homem. A decomposição da sociedade enquanto ordem [Stand] é o proletariado<sup>32</sup>."

Voltarei a esses textos e à sua interpretação, pois são muito importantes para a compreensão da formação do pensamento de Marx, do chamado "jovem Marx", e para compreender, então, a inspiração filosófica de seu pensamento.